

Os documentos curriculares para os ensinos básico e secundário, presentemente em vigor, foram homologados e implementados ao longo dos últimos 26 anos. Atualmente coexistem, para a mesma disciplina, situações muito díspares, Programas de 1991 com Metas Curriculares de 2014, Programas de 2001 com Metas Curriculares de 2014, Programas e Metas Curriculares de 2015, entre outras.

A forma tradicional de ver o currículo escolar é considerá-lo como um conjunto de planos de estudo em que se encontram integradas disciplinas, organizadas por áreas disciplinares e componentes de formação. Os saberes disciplinares que se aprendem na escola incluem um conjunto de regras e padrões que influenciam a forma como os alunos pensam, comunicam e interagem com os outros, bem como o olhar que constroem sobre o mundo e sobre eles próprios. Porém, é hoje consensual que o currículo escolar não abrange tudo o que se aprende seja no domínio específico de cada área do saber, seja nos domínios mais transversais de desenvolvimento pessoal, social e cultural.

As sociedades atuais debatem-se com questões como a imprevisibilidade do futuro e a sustentabilidade dos atuais padrões de desenvolvimento económico. A educação e a escola enfrentam hoje grandes desafios. A globalização, a convivência multicultural e os rápidos desenvolvimentos económico e tecnológico suscitam novas questões e exigências aos alunos e aos professores. O conhecimento não emerge exclusivamente na escola, mas esta continua a ser o território de referência para a construção do saber, através da relação educativa pessoal, estabelecida pela presença do professor. O debate sobre o que se aprende e como se aprende na escola do século XXI é hoje um tema de interesse do domínio público, sendo consensual que esta é o território de eleição no desenvolvimento de competências para a sociedade do conhecimento e para o exercício de uma cidadania ativa e democrática.

Numa sociedade e economia baseadas na aprendizagem, no saber e nas qualificações, a educação é simultaneamente condição de empregabilidade e de competitividade, bem como condição fundamental para uma sociedade coesa e progressiva. A aposta na educação e na qualificação dos portugueses constitui um meio imprescindível para a valorização dos cidadãos, para uma cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do país.

Neste contexto, é importante refletir sobre as opções a tomar no desenho curricular português, projetado para os 12 anos da escolaridade obrigatória.

- Que escolhas curriculares devem ser feitas para garantir que todos tenham acesso ao conhecimento, integrando plenamente todas as crianças e jovens?
- Que conhecimentos serão significativos para a visão dos jovens sobre o mundo e necessariamente poderosos para conseguirem transformá-lo?
- Que competências e que valores devem os jovens adquirir na escola, de forma a contribuir para uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e democrática?

Os professores, enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo, têm um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar e na sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar, tornando-o um efetivo instrumento da promoção do sucesso escolar para todos.

Sendo objetivo do Ministério da Educação lançar uma discussão ampla sobre o currículo escolar, no quadro da necessidade de definição de referenciais curriculares de saída para a escolaridade obrigatória, a finalidade desta conferência é debater com os professores as decisões a tomar a nível central quanto às grandes linhas do desenvolvimento e da implementação do currículo e ao nível da escola quanto ao grau de decisão e autonomia que deve ser deixado aos professores.

O Ministro da Educação

A handwritten signature in blue ink, reading 'Tiago Brandão Rodrigues', written in a cursive style.

Tiago Brandão Rodrigues